



CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

VIGÊNCIA: 08/09/2015

O Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A – EBC, no exercício de suas atribuições, com fundamento no inciso XXIV, do art. 17, do Estatuto Social da EBC, aprovado pelo Decreto nº 6.689/2008.

CONSIDERANDO

- O Processo EBC nº 2408/2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **Camila Cristina Gomes dos Santos**, matrícula nº 13373, ACP-Produção Executiva TV, Rádio, Mídias Digitais/Coordenadora (III), lotada na Superintendência Regional Sudeste I/Diretoria Geral/RJ, **Sadil Pedro Breda**, matrícula nº 12983, TCO-Câmera/Gerente, lotado na Gerência Executiva de Engenharia e Operações de Rádio e TV-RJ/Superintendência Executiva de Suporte/Diretoria Geral/RJ, e **Layane Sthefanny Souza Caixeta**, matrícula nº 13117, TCA-Administração, lotada na Coordenação de Execução Orçamentária/Gerência Executiva de Orçamento, Finanças e Contabilidade/Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas/RJ, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo EBC nº 2408/2015, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - No cumprimento de suas atribuições, a Comissão de Sindicância deverá:

I. Adotar a Lei nº 9.784/99 e sua interpretação analógica pelas disposições da Lei nº 8.112/90, pelos costumes e pelos princípios gerais do direito, nos termos do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB – Decreto-Lei nº 4.657/42;

II. Utilizar o Manual de Direito Administrativo Disciplinar para Empresas Estatais, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU), publicado em 20 de janeiro de 2015; e

- a) lavrar ata de abertura dos trabalhos (em até 48 horas);
- b) designar secretário, entre os membros da Comissão, se necessário;
- c) elaborar memorando comunicando à Autoridade Instauradora o início dos trabalhos;
- d) estudar os autos do Processo EBC nº 2408/2015 e traçar a metodologia de trabalho da Comissão;
- e) expedir documentos oficiais (memorandos, ofícios etc.), solicitando informações adicionais, se necessárias;
- f) lavrar Termo de Indiciamento, desde que haja prova da materialidade e indícios de autoria de infração disciplinar, atentando-se para a especificação do ato infracional, do agente que o praticou e da norma violada, e para o apontamento dos indícios que levaram à conclusão sobre a autoria da conduta pelo agente indiciado;

Processo nº 25314
Marco P. de
EBC
PROUR



**Empresa Brasil
de Comunicação**

PORTARIA-PRESIDENTE Nº 521

FOLHA: 02/02

CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

VIGÊNCIA: 08/09/2015

g) expedir ato de comunicação processual, informando ao indiciado a lavratura do Termo de Indiciamento e a possibilidade de constituir advogado para acompanhar o procedimento, solicitar e participar da produção de provas (oitiva de testemunha, juntada de documentos etc.);

h) expedir ato de comunicação processual, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, convocando eventual testemunha para prestar esclarecimento e o indiciado para acompanhar a prática do ato, possibilitando a assistência de advogado e a realização de reperguntas (art. 26 a 28 da Lei nº 9.784/99);

i) encerrada a instrução (colheita de provas), expedir ato de comunicação processual, concedendo ao indiciado a possibilidade de apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 44, da Lei nº 9.784/99;

j) estudar a defesa apresentada; e

k) elaborar Relatório Final indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formular proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando os autos do processo à autoridade competente, de acordo com o art. 47, da Lei nº 9.784/99.

Art. 3º- A Comissão deverá apresentar o relatório conclusivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de vigência desta Portaria-Presidente.

Art. 4º- A solicitação de prorrogação de prazo, se for o caso, deverá ser apresentada com 15 (quinze) dias de antecedência do término da vigência desta Portaria-Presidente, acompanhada do Relatório Parcial dos trabalhos.

Brasília, 02 de setembro de 2015.

AMÉRICO MARTINS
Diretor-Presidente
Empresa Brasil de Comunicação S/A

ASDRÚBAL FIGUEIRÓ
Diretor- Geral Interino
Empresa Brasil de Comunicação - EBC

